



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
O IRB Brasil RE apresenta o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2014, destacando as principais atividades desenvolvidas.
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros.

1. Mercado de Seguros e Resseguros no Brasil

Em 2014, o mercado de seguros brasileiro continuou apresentando um bom desempenho e atingiu, no acumulado até novembro, uma alta de 10,5% comparado a igual período do ano anterior. A expectativa para 2015, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg é de um crescimento em torno de 12%, o que garante ao mercado segurador um crescimento bastante superior ao PIB projetado.
No que se refere ao mercado de riscos resseguráveis, excluindo o DPVAT e o VGBL, a produção de seguros atingiu R\$ 82,2 bilhões, 9,6% acima dos R\$ 75 bilhões dos onze meses de 2013. Para 2015, a CNseg estima um crescimento em torno de 8,6% para esse mercado.
O mercado ressegurador local acompanhou o mercado primário e, no acumulado até outubro, segundo a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, alcançou R\$ 4,857 bilhões em prêmios de resseguro bruto frente aos R\$ 4,259 bilhões do mesmo período do ano anterior, o que se traduz em um crescimento de 14%. Considerando possíveis ajustes na economia, que devem impactar os grandes projetos, bem como a elevada competição, com a entrada de novos players e pressão nas taxas, a expectativa é de que em 2015, o crescimento do mercado ressegurador se situe em torno de 9%.

A participação das resseguradoras locais no total de prêmios do mercado tem permanecido estável ao longo dos últimos anos. Estima-se que estas empresas continuam mantendo sua participação ao redor de 2/3 do mercado, com destaque para o IRB Brasil RE. Até outubro de 2014, a empresa manteve uma participação de aproximadamente 46% entre as resseguradoras locais. No fim do ano, o mercado ressegurador brasileiro contava com 121 resseguradoras, sendo 16 locais, 34 admitidas e 71 eventuais.

2. Expansão Internacional

Com o objetivo de intensificar sua atuação no continente africano, o IRB Brasil RE adquiriu mais 3,2% do capital acionário da African Reinsurance Corporation – Africa Re, tendo agora 8% das ações daquele ressegurador. Tal incremento de participação possibilita não só o recebimento de dividendos, com retorno adequado para o investimento, mas também a aceleração da curva de aprendizado nos mercados do continente com a intensificação do intercâmbio de informações e negócios com esse parceiro. Na América Latina, o IRB Brasil RE adotou uma postura mais seletiva na Argentina, por meio da ampliação de participações em contratos com boa rentabilidade e a redução ou saída de negócios não lucrativos. Nos outros países do continente, a empresa tem desenvolvido uma política de clientes preferenciais, norteada pelos resultados já obtidos e aspectos potenciais de cada cliente.

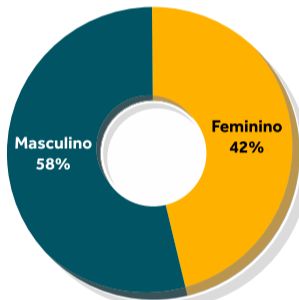
3. Governança Corporativa

Em busca do aprimoramento constante, foram realizadas importantes mudanças na estrutura organizacional da empresa. A nova Vice-Presidência de Resseguros reorientou os negócios, e promoveu a melhoria dos processos, o que contribuiu para a superação das metas estratégicas. A criação da Vice-Presidência de Riscos e Compliance promoveu uma aceleração no desenvolvimento de produtos e ferramentas para mensuração de riscos e apoio à tomada de decisão, tanto no âmbito operacional como no da administração.
A empresa também potencializou ganhos de eficiência e rentabilidade com a criação e a gestão especializada da Vice-Presidência Financeira, que engloba as Gerências de Tesouraria, Investimentos, Contabilidade e Tributos e Orçamento e Controladoria.
Para garantir o pronto atendimento aos clientes, a empresa desenvolveu o seu programa de Gestão de Continuidade de Negócios. O objetivo é assegurar a continuidade dos negócios em caso de impedimento da operação na sede. A ação procurou salvaguardar os interesses dos stakeholders, a reputação e a marca da empresa, bem como suas atividades de valor agregado.
Em uma ação inovadora, o IRB Brasil RE instituiu comitês de assessoramento com a participação, tanto de membros da empresa, como também de representantes de seus acionistas. A atuação dos comitês dá suporte à tomada de decisões e melhora o ambiente de negócios e de controle da empresa. São eles: Comitê de Governança Corporativa: define e propõe práticas voltadas ao relacionamento entre acionistas e administração, visando à otimização do desempenho e ao aumento do valor da empresa; Comitê Executivo de Gestão de Riscos: monitora, revisa políticas e auxilia na definição e estabelecimento de limites de exposição a riscos; Comitê de Auditoria: assessora o Conselho de Administração, no que concerne ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização; Comitê de Subscrição: analisa as políticas de subscrição e estabelece parâmetros de aceitação de riscos e de retrocessão do IRB Brasil RE; Comitê de Investimentos: analisa as operações financeiras, recomenda ações de melhoria de gestão financeira e acompanha a implementação dessas medidas; Comitê de Remuneração: define e propõe políticas de remuneração dos administradores e colaboradores.

4. Desenvolvimento de Pessoas

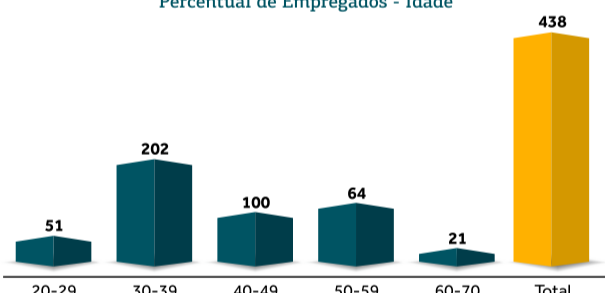
Além da estratégia de reter seus talentos e da contratação de experientes profissionais do mercado de seguros e de resseguros brasileiro e internacional, o IRB implementou programas e projetos que demonstram interesse constante no investimento, na capacitação e na qualidade de vida de seus empregados. Dentre eles, destacam-se:
• Implantação de um novo Plano de Cargos e Salários (PCS), que gerou maior competitividade de atração e retenção de profissionais;
• vinculação da remuneração variável do Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados ao cumprimento das metas individuais de desempenho dos empregados;
• lançamento do Portal do Conhecimento, plataforma online que propiciou o autodesenvolvimento profissional; e
• implantação do primeiro Programa de Trainees, com mais de 18 mil inscritos para 15 vagas.
O IRB Brasil RE encerrou 2014 com 438 empregados e dirigentes, com o seguinte perfil:

Percentual de Empregados - Sexo



Fonte: IRB Brasil RE

Percentual de Empregados - Idade



Fonte: IRB Brasil RE

5. Tecnologia da Informação

Em janeiro de 2014, a empresa, dando continuidade ao projeto de transformação iniciado em 2012, concluiu com sucesso a implantação da plataforma tecnológica SAP integrando os processos de negócio com os demais processos corporativos. A modernização proporcionou aos seus clientes e stakeholders facilidade no acesso à informação, transparência e agilidade em todas as etapas das operações de resseguro.
Alinhado ao planejamento estratégico de expansão internacional, foi implementado um sistema de resseguro para uso nas unidades no exterior. Além disso, foi também implementado um outro sistema para gerenciamento de cotações de propostas de resseguro, o que proporcionou à empresa melhor controle e visibilidade da sua estratégia de exposição a riscos.
Outros sistemas foram revisados com vistas à automação dos processos das áreas jurídicas e de recursos humanos ajustando-os à nova realidade da empresa. Houve também a implantação de uma infraestrutura convergente, com acesso universal a aplicações e serviços de mobilidade trazendo mais eficiência e agilidade nas tomadas de decisão e realização de novos negócios.

6. Marketing e Comunicação

Diversas ações de marketing e comunicação contribuíram com um posicionamento positivo da marca, espeadamente a campanha alusiva aos 75 anos do IRB Brasil RE, ressaltando que a expertise adquirida no passado está a serviço dos novos desafios e conquistas globais. Também foram desenvolvidos programas de endomarketing que contribuíram para um ambiente de trabalho motivador e produtivo e realizadas ações e eventos que promoveram a aproximação com clientes e geraram oportunidades de negócios. O IRB Brasil RE valorizou, estimulou e ajudou a difundir a riqueza cultural brasileira e a fomentar a prática de esporte. Utilizando leis de incentivo à cultura e ao esporte, com dedução no Imposto de Renda de 100% do valor patrocinado, a empresa apoiou eventos e projetos, dentre os quais destacam-se: as exposições da artista japonesa Yayoi Kusama e do mestre do surrealismo Salvador Dalí, as competições cíclicas Copa Rio de Janeiro e ao Tour do Rio.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE		8.016.409	9.451.908
DISPONÍVEL		9.511	55.018
Caixa e bancos	5	9.511	55.018
APLICAÇÕES		2.291.585	3.483.563
Títulos de renda fixa		1.176.259	1.184.355
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa		514.617	1.325.368
Quotas de fundos de investimentos - renda variável		180.622	214.815
Aplicações no exterior		460.955	795.059
(-) Provisão para desvalorização		(40.868)	(36.034)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		1.947.721	2.254.401
Operações com seguradoras	7.2.1	1.510.586	1.768.527
Operações com resseguradoras	7.2.2	512.238	495.461
Outros créditos operacionais		76.822	95.052
(-) Provisão para riscos de créditos		(151.925)	(104.639)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		3.654.549	3.410.222
Prêmios - Retrocessão	8.2	607.855	686.563
Sinistros - Retrocessão	8.1	3.013.174	2.709.901
Outras Provisões	8.3	33.520	13.788
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		112.084	247.631
Títulos e créditos a receber		13.734	15.196
Créditos tributários e previdenciários	10.1	97.507	231.323
Outros créditos	9	843	1.112
DESPESAS ANTES DO CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		88	71
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		4.621.258	2.683.646
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.637.129	2.424.211
APLICAÇÕES	6	3.254.820	1.741.454
Títulos de renda fixa		2.913.302	1.505.220
Aplicações no exterior		489.237	366.531
(-) Provisão para desvalorização		(147.719)	(130.297)
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		30.635	30.281
(-) Provisão para riscos de crédito	7.2.1	(30.635)	(30.281)
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.082.309	682.757
Títulos e créditos a receber	9	29.037	25.770
Créditos tributários e previdenciários	10.1 e 16	626.170	338.284
Depósitos judiciais e fiscais	22	418.354	309.955
Outros créditos a receber		70.601	45.690
(-) Provisão para riscos de crédito		(61.853)	(36.942)
INVESTIMENTOS SOCIETÁRIAS		194.067	187.848
Participações societárias	11	194.067	187.848
Imóveis destinados à renda	12	175.520	170.874
Outros Investimentos		130	126
IMOBILIZADO		32.880	32.109
Imóveis		22.141	21.998
Bens móveis		52.048	46.346
Outras imobilizações		(41.378)	(2.389)
(-) Depreciação		(18.417)	(39.478)
TOTAL DO ATIVO		12.637.667	12.135.554

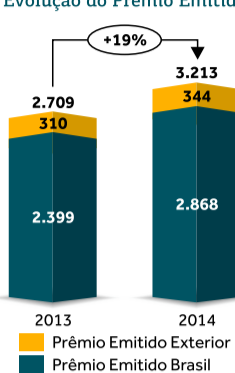
Em 2014, o IRB Brasil RE também colaborou com o desenvolvimento de projetos que disseminaram informações, produziram e difundiram conhecimento no mercado de seguros e resseguros. Destaque para o 3º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro, a XXVI Assembleia Geral da APF-PASA, e o Seminário 'O Futuro do Mercado de Previdência, Seguros e Resseguros'.

7. Ações Sociais

O IRB Brasil RE fortaleceu seu posicionamento de empresa cidadã, com doações, via leis de incentivo (que permitem a dedução do imposto de renda de até 100% do valor aplicado), às seguintes instituições: Hospital Pequeno Príncipe – Apoio ao projeto "Pelo Direito à Vida", que utiliza novas tecnologias para diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças; Hospital do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAAC) – São dois os projetos apoiados pelo IRB Brasil RE: aquisição de novos equipamentos para a UTI do Hospital e apoio à pesquisa sobre os efeitos do transplante de medula autóloga; Fundação do Câncer – Apoio ao Programa Nacional de Formação em Radioterapia que, em sintonia com o Programa Nacional de Radioterapia, do Ministério da Saúde, trabalha há mais de 20 anos na prevenção, no tratamento e no controle do câncer no Brasil.

8. Resultado com Operações de Resseguro

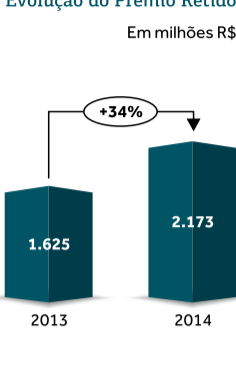
Evolução do Prêmio Emitido



Fonte: IRB Brasil RE

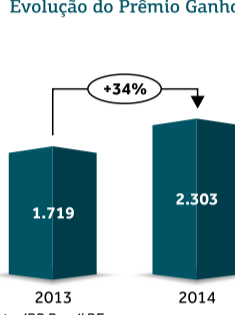
O IRB Brasil RE mantém seu crescimento dos prêmios emitidos de forma contínua bem como sua retenção.

Evolução do Prêmio Retido



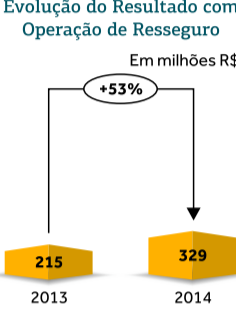
Fonte: IRB Brasil RE

Evolução do Prêmio Ganho



Fonte: IRB Brasil RE

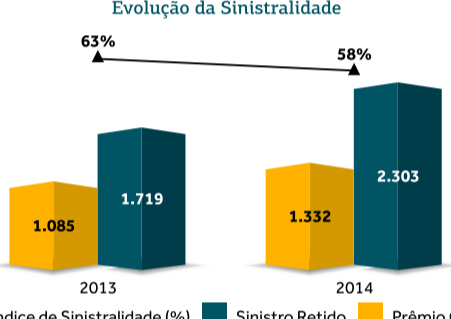
Evolução do Resultado com Operação de Resseguro



Fonte: IRB Brasil RE

Os prêmios ganhos bem como seu resultado com operações de resseguro reforçam a performance de crescimento do faturamento do IRB Brasil RE no período.

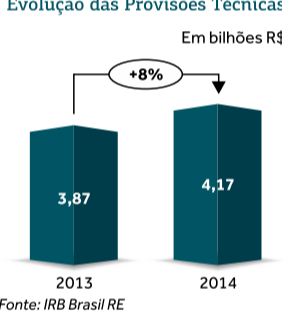
Evolução da Sinistralidade



Fonte: IRB Brasil RE

A sinistralidade do período reduziu em 5 p.p..

Evolução das Provisões Técnicas

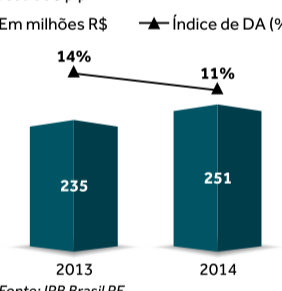


Fonte: IRB Brasil RE

O IRB Brasil RE mantém o conservadorismo em relação às provisões técnicas, monitora e acompanha todas as alterações regulatórias.

9. Desempenho Administrativo

As despesas administrativas (DA) recorrentes alcançaram R\$ 251 milhões, com o índice de DA em torno de 11%, o que significa uma queda de 3 p.p.

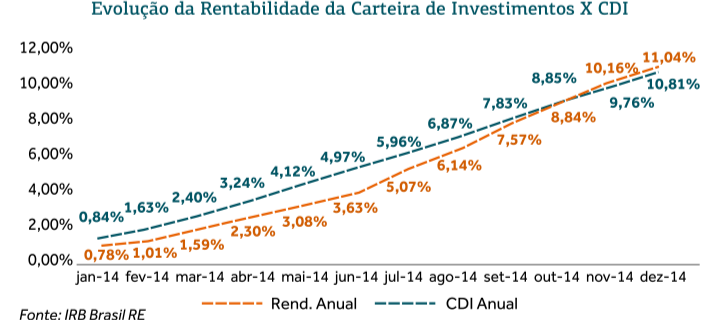


Fonte: IRB Brasil RE

10. Desempenho Financeiro

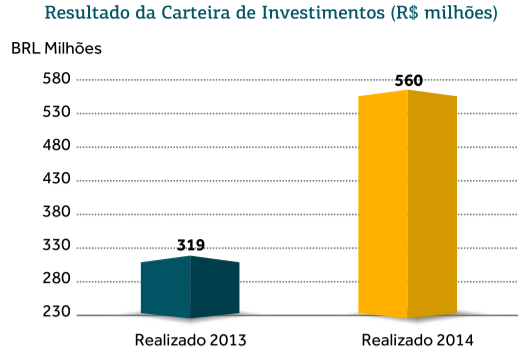
Ao final de 2014, a carteira de investimentos totalizou R\$ 5.587,2 milhões. Desse total, R\$ 4.944,8 milhões referem-se a aplicações denominadas em moeda nacional e R\$ 642,4 milhões, em moeda estrangeira. A rentabilidade nominal da carteira alcançou o equivalente a 102,2% do CDI.

Evolução da Rentabilidade da Carteira de Investimentos X CDI



Fonte: IRB Brasil RE

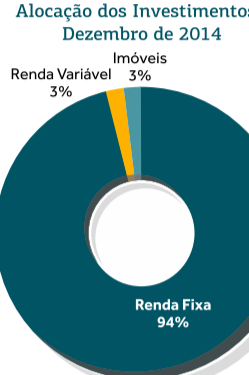
Resultado da Carteira de Investimentos (R\$ milhões)



Fonte: IRB Brasil RE

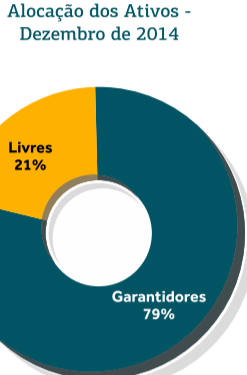
Dando continuidade ao processo de reenquadramento das aplicações financeiras, iniciado após a desestatização da empresa, com a extinção dos fundos Extramercados, adequação do benchmarking dos fundos de Renda Fixa ao CDI e elevação da posição pós-fixada, novas medidas foram adotadas para melhorar o desempenho da carteira em meio ao cenário volátil observado ao longo do ano de 2014, em especial no segundo semestre, devido às incertezas dos cenários nacional e internacional. Tais ações demonstraram-se acertadas na medida em que representaram uma evolução no desempenho financeiro em 2014, sobretudo quando comparado a 2013. A empresa manteve postura conservadora na alocação dos recursos conforme demonstra o gráfico abaixo.

Alocação dos Investimentos - Dezembro de 2014



Fonte: IRB Brasil RE

Alocação dos Ativos - Dezembro de 2014



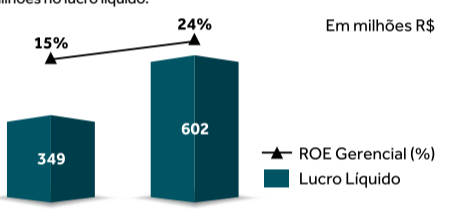
Fonte: IRB Brasil RE

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 32 do Anexo I da Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

11. Lucro Líquido & ROE

O IRB Brasil RE em 2014 eleva seu percentual de retorno ao acionista com base no seu crescimento do período, saindo de um ROE de 15% para 24%. Principalmente em função da evolução abaixo:

- a) Evolução do Prêmio Emitido de 19%;
- b) Evolução do Prêmio Retido de 34%;
- c) Evolução do Prêmio Ganho de 34%;
- d) Baixa sinistralidade do período em 5 p.p.;
- e) Baixa do índice de despesas administrativas em 3 p.p.;
- f) Evolução do resultado financeiro principalmente em relação a rentabilidade da carteira em 102,2% do CDI;
- g) Registro do crédito tributário de Pis e Cofins sobre alargamento de base, um efeito não recorrente na ordem de R\$ 188 milhões no lucro líquido.



Fonte: IRB Brasil RE

12. Política de reinvestimento de lucros e Política de distribuição dos dividendos

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos do IRB Brasil RE estão definidas no estatuto da empresa e são deliberadas em assembleia geral, sendo distribuído aos acionistas dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

13. Rating

Pelo quarto ano consecutivo o IRB Brasil RE teve o rating A- confirmado pela agência de classificação de risco A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de risco do segmento de seguros. A manutenção do rating ratifica a qualidade do crédito da empresa, a sua força financeira, a eficiência na gestão de riscos e o elevado nível de sua governança corporativa. Segundo A.M. Best, o IRB continua a ter uma posição única e forte no mercado de resseguros do Brasil. A empresa tem uma estratégia bem definida e pessoal experiente para executar os seus planos de negócios. A avaliação é um atestado de eficiência e solidez financeira que credencia o IRB Brasil RE a participar dos principais programas nacionais e internacionais de resseguros e dá sustentação à sua estratégia de expansão dentro e fora do Brasil.

14. Prêmios de Reconhecimento

- Os principais prêmios e homenagens recebidos pelo IRB Brasil RE no ano de 2014 foram:
 - Valor 1000, anuário do Valor Econômico que destaca as maiores empresas brasileiras em seus segmentos – o IRB foi apontado como destaque por ter mantido a 1ª colocação no ranking das maiores resseguradoras do país, figurando também na primeira colocação entre as maiores em lucro operacional, ativo total, patrimônio líquido, as mais rentáveis sobre o patrimônio e entre as de menor sinistralidade.
 - Prêmio Melhores do Seguro 2014, promovido pela Revista Apólice;
 - The European Magazine Business Awards 2014, promovido pela revista The European;
 - XIV Prêmio Mercado de Seguros, "Troféu Gaivota de Ouro", nas categorias: "Excelência: Melhor Desempenho e Líder no Mercado, Melhor Conglomerado Ressegurador Brasileiro" e "Troféu Personalidade - Executivo de Resseguros do Ano, Leonardo Paixão";
 - Ranking da Revista Exame – Maiores e Melhores, 13ª posição do ranking na categoria "Seguradoras – por prêmio líquido emitido";
 - 10ª Edição do Prêmio da Revista Segurador Brasil, que homenageou as empresas que mais se destacaram em 2013;

Adicionalmente, o Presidente do IRB Brasil RE, Leonardo Paixão, e o Diretor de Subscrição, José Farias de Sousa, foram apontados dentre os 50 mais influentes executivos do mercado segurador/ressegurador da América Latina no Power 50 pela revista LatAm Insurance Review 2014.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras, bem como dos demais agentes do mercado, e o apoio decisivo dos segurados na indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. A Administração agradece, ainda, aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho do IRB Brasil RE.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Conselheiros
Marcelo Barbosa Sainvite	Flavio Eduardo Arakaki
	Marcelo Augusto Dutra Labuto
	Oswaldo do Nascimento
	Samuel Monteiro dos Santos Junior

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente	Vice-Presidentes
Leonardo André Paixão	Mario Di Croce
	Fernando Passos
	José Carlos Cardoso
	Lucia Maria da Silva Valle

CONSELHO FISCAL

Presidente	Conselheiros
Maria Carmozita Bessa Maia	Haydewaldo R. Chamberlain da Costa
	Marco Antonio Ascoli Mastroeni

PASSIVO

	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE		8.896.194	8.739.030
CONTAS A PAGAR		153.280	198.798
Obrigações a pagar		82.997	38.558
Impostos e encargos sociais a recolher	15	24.528	14.762
Provisões trabalhistas	23	8.217	11.013
Provisões para benefícios pós-emprego	15.2 e 26.1	33.717	32.192
Provisões para impostos e contribuições	16	3.821	102.273
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES		897.591	1.232.568
Operações com seguradoras		53.943	336.263
Operações com resseguradoras		589.805	784.957
Corretores de resseguros e retrocessões		39.245	32.825
Outros débitos operacionais		214.598	78.523
DEPÓSITOS DE TERCEIROS		16.988	29.087
Cobrança antecipada de prêmios	18	16.988	29.087
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUROS E RETROCESSÕES		7.828.335	7.278.577
RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO		7.828.335	7.278.577
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	1.556.792	1.713.343
Riscos vigentes emitidos	19.1	1.379.419	1.079.823
Riscos vigentes não emitidos	19.1	177.373	633.520
Sinistros a liquidar	19.2	5.381.19	

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2014	2013
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS		2.759.395	2.408.229
Prêmios de resseguros		2.503.521	2.149.168
Retrocessões aceitas		174.638	120.303
Sucursais exterior		81.236	138.758
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		233.662	209.913
PRÊMIOS GANHOS	25.1	2.993.057	2.618.142
SINISTROS OCORRIDOS	25.2	(2.256.827)	(2.280.348)
Sinistros diretos		(2.201.008)	(2.374.892)
Salvados e ressarcimentos		60.053	114.760
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(115.872)	(20.216)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	25.3	(79.548)	(84.802)
Comissões		(79.548)	(84.802)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	25.4	(103.132)	(72.078)
RESULTADO COM RETROCESSÃO	25.4	(117.941)	101.147
Receita com retrocessão		945.367	1.213.846
Despesa com retrocessão		(1.046.585)	(1.110.468)
Receita com participação nos lucros		4.161	10.190
Salvados e ressarcimentos		(20.884)	(12.421)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25.6	(238.792)	(130.957)
DESPESAS COM TRIBUTOS	25.7	73.988	51.557
RESULTADO FINANCEIRO	25.8	627.626	366.921
Receitas financeiras		1.010.119	913.815
Despesas financeiras		(382.493)	(546.894)
RESULTADO PATRIMONIAL	25.9	45.962	56.411
Receitas com imóveis de renda, líquidas		37.064	34.516
Ajustes de investimentos em controladas		7.331	(29.873)
Outras receitas patrimoniais, líquidas		1.567	51.768
GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		27	3.109
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		944.420	629.102
Imposto de renda	25.10	(209.199)	(137.780)
Contribuição social	25.10	(131.020)	(84.407)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.10	41.714	(41.597)
Participações sobre o lucro		(44.373)	(16.814)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		601.542	348.704
Quantidades de ações ordinárias em circulação	24.5	1.034.718	1.020.337
Lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - R\$		581,36	341,75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2014	2013
Lucro líquido do exercício		601.542	348.704
Outros resultados abrangentes			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior			
Diferenças de câmbio originadas no exercício	24.4.2	2.270	1.981
		603.812	350.685
Ativos financeiros disponíveis para venda	24.4.1		
Perda líquida originada de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício		(6.522)	(32.332)
Realização ganho originados da venda de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício		193	720
Ganhos e perdas não realizadas com TVM - Controladas		95	-
		(6.234)	(33.058)
Benefícios pós-emprego	24.4.1		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		15.876	-
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas		(985)	-
		14.891	-
		612.469	317.627
		(3.819)	13.223
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultados abrangentes	24.4.1		
Total do resultado abrangente no ano		608.650	330.850

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto juros sobre o capital próprio e dividendos por ação ordinária

	Nota	Capital Social	Legal	Reinvestimento	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013		1.350.000	236.158	747.162	-	(868)	2.207	-	188.640	2.523.299
Aumento de Capital em Aprovação	24	103.080	-	-	-	-	-	-	-	103.080
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	(10.531)	-	-	-	-	(10.531)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS										
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4.1	-	-	-	-	(18.967)	-	-	-	(18.967)
Ajustes acumulados de conversão	11	-	-	-	-	-	1.981	-	-	1.981
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								348.704	-	348.704
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO										
Dividendo adicional pago do exercício de 2012		-	-	-	-	-	-	-	(188.640)	(188.640)
Constituição de Reserva Legal		-	17.435	-	-	-	-	(17.435)	-	-
Constituição de Reserva de Reinvestimentos	24.3	-	-	154.922	-	-	-	(154.922)	-	-
Distribuição de Dividendos	24.6	-	-	-	-	-	-	(176.347)	-	(176.347)
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio	24.6	-	-	(80.000)	-	-	-	-	-	(80.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.453.080	253.593	822.084	(10.531)	(19.835)	4.188	-	165.634	2.668.213
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014		1.453.080	253.593	822.084	(10.531)	(19.835)	4.188	-	165.634	2.668.213
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	(2.425)	-	-	-	-	(2.425)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS										
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4.1	-	-	-	-	(3.703)	-	-	-	(3.703)
Ajustes acumulados de conversão	11	-	-	-	-	-	2.270	-	-	2.270
Ganho ou perda atuariais em benefício pós-emprego	26	-	-	-	-	8.541	-	-	-	8.541
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								601.542	-	601.542
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO										
Dividendo adicional pago do exercício de 2013		-	-	-	-	-	-	-	(165.634)	(165.634)
Constituição de Reserva Legal		-	30.077	-	-	-	-	(30.077)	-	-
Constituição de Reserva de Reinvestimentos	24.3	-	-	258.830	-	-	-	(258.830)	-	-
Distribuição de Dividendos	24.6	-	-	-	-	-	-	(312.635)	-	(312.635)
Distribuição de Juros sobre Capital Próprio	24.6	-	-	(127.970)	-	-	-	-	-	(127.970)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.453.080	283.670	952.944	(12.956)	(14.997)	6.458	-	285.733	2.953.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014
Notas expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, está localizada na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro.

Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exploração e agrícola.

O IRB-Brasil Resseguros S.A., no mercado nacional, está qualificado como ressegurador local e autorizado a continuar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão, independente de enquadramento e autorização governamental. Importante observar que, desde 31 de março de 2011, com a entrada em vigor da alteração promovida na redação do art. 15 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e pelo menos 40% (quarenta por cento) de cada cessão obrigatoriamente contratados com resseguradores locais.

No âmbito do processo de desestatização do IRB Brasil RE, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que se encontra concluído, já foram realizadas duas assembleias gerais extraordinárias de acionistas (AGE), em 30 de janeiro de 2013 e 7 de junho de 2013, respectivamente, consoante o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Desestatização (CND) nº 3 de 7 de abril de 2011, que retomou o processo, e da Resolução CND nº 03, de 16 de janeiro de 2013, nas quais foram tomadas as seguintes deliberações: (i) conversão de todas as ações preferenciais (PN) em ordinárias (ON); (ii) concessão de poderes especiais a União, por intermédio da *Golden Share*; (iii) reforma do estatuto social da Companhia e (iv) aumento de capital, com a emissão de 40.000 novas ações, renunciando a União ao direito na referida subscrição.

Em 20 de agosto de 2013, a Assembleia de Acionistas ratificou e homologou o efetivo aumento de capital e realizou a consolidação do estatuto social da Resseguradora. Tais deliberações foram tratadas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de junho de 2013 e seus efeitos foram aprovados pela portaria SUSEP nº 5525, de 12 de setembro e 2013.

A conclusão do processo de desestatização deu-se com o registro de todos os atos societários relativos à reestruturação societária na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, com o marco representado pela obtenção da manifestação da Junta Comercial do registro do novo Estatuto Social e das demais mudanças societárias decorrentes do referido processo a partir de 1º de outubro de 2013, data em que se obteve a referida manifestação.

Ao final de 2014, com base em informações do IRB Brasil RE e da SUSEP, o IRB-Brasil Resseguros S.A. manteve-se na posição de líder do mercado brasileiro de resseguros, com "Market share" de aproximadamente 34% (acumulado até novembro de 2014), focando sua atuação na geração de valor para os clientes por meio de soluções eficazes de resseguros, na busca de resultados sólidos e perspectivas de crescimento sustentável.

As demonstrações contábeis individuais foram aprovadas pelo conselho de administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referenciadas pela SUSEP, conforme Circular SUSEP nº 483 de 6 de janeiro de 2014.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), cuja divulgação tornou-se obrigatória pela Lei nº 11.638/07, foi elaborada pelo método direto, com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme previsto na Circular SUSEP nº 483 de 6 de janeiro de 2014.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade "run-off", em 11 de dezembro de 2014 em sua 209ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração do IRB Brasil RE aprovou a contratação de consultoria para um *valuation* desta sucursal com posterior apreciação da proposta de alienação da unidade e de seu portfólio. A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis, sendo os sucursais também registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais da Companhia, desde os mesmos estão auditados pela PricewaterhouseCoopers Para manter a comparabilidade aos dados apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está sendo representada, conforme demonstrado abaixo, em consonância com os critérios de registro e deferimento de prêmios estimados, definidos na Circular SUSEP nº 474 de 22 de agosto de 2013. O balanço patrimonial e as demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa não sofreram alterações em relação às demonstrações originalmente apresentadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2014	2013
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	3.337.244	2.056.721
Recuperações de sinistros e comissões	728.437	349.435
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	242.800	205.385
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(2.207.505)	(1.066.340)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(1.180.277)	(357.047)
Pagamentos de despesas e obrigações	(262.585)	(250.953)
Outros pagamentos operacionais	(218.567)	(587.578)
Recebimento de aluguéis	31.853	23.323
Recebimentos de juros e dividendos	1.951	5.168
Constituição de depósitos judiciais	(76.058)	(43.834)
Caixa gerado pelas operações	397.073	334.280
Impostos e contribuições pagos	(324.719)	(211.952)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(11.041.819)	(4.832.288)
Vendas e resgates	11.259.236	4.929.892
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	289.771	219.932

	2014	2013
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de:		
Imobilizado	(7.330)	(6.942)
Intangível	(28.959)	(11.967)
Recebimento pela venda de:		
Investimentos	-	3.109
Imobilizado	26	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(36.263)	(15.800)

	2014	2013
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	103.080
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(296.790)	(277.430)
Aquisição das próprias ações	(2.424)	(10.531)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(299.214)	(184.881)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(45.706)	19.251
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	199	9.329
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	(45.507)	28.580
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55.018	26.438
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.511	55.018
Diminuição nas aplicações financeiras - recursos livres	(177.374)	(15.628)

Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Lucro líquido do exercício

601.542	348.704
Ajustes ao lucro líquido	
Depreciações e amortizações	17.081
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	-
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(26)
Resultado de equivalência patrimonial	(190)
Outros ajustes	(199)

	2014	2013
Varição nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(321.438)	(279.027)
Créditos das operações de seguros e resseguros	102.336	136.832
Ativos de retrocessão	(243.668)	(424.299)
Créditos fiscais e previdenciários	(451.788)	(201.369)
Despesas antecipadas	101	248
Outros ativos	(103)	8.360
Depósitos judiciais e fiscais	(108.399)	(47.135)
Fornecedores	21.945	(100.474)
Impostos e contribuições	12.913	118.828
Débitos de operações com seguros e resseguros	(119.610)	(237.155)
Depósitos de terceiros	(12.099)	(35.354)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	538.036	922.097
Outros passivos	(19.041)	(2.058)
Provisões judiciais	72.378	(6.031)
Caixa líquido gerado pelas operações	289.771	219.932

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

	Nota	Capital Social	Legal	Reinvestimento	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013		1.350.000	236.158	747.162	-	(868)	2.207	-	188.640	

2.5. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte. Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, contratos futuros de taxa de juros e de índices.

2.7. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos mediante aquisição

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos de intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é depreciado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não foram efetuadas novas reavaliações. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios financeiros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edifícios.....	4	25
Móveis e utensílios.....	10	10
Equipamentos de informática.....	20	5
Veículos.....	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.9. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28) para avaliação destes ativos. Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os ativos são reajustados pelo IGP-MFVG.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11. Provisões

(a) Provisões técnicas

Conforme a Circular SUSEP nº 464, de 1º de março de 2013, que alterou a Resolução CNSP nº 865/2002 e revogou a Circular SUSEP nº 430/2012, as provisões técnicas sobre as operações de resseguro estão demonstradas brutas no passivo em "Provisões Técnicas - Resseguros" e parcela das provisões técnicas cujo risco foi repassado em operações de criação de novos demonstrados brutos no ativo em "Ativos de retrocessão - provisões técnicas", além da criação de novos demonstrados de "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas" e "Resultado com Retrocessão", na demonstração do resultado, os prêmios de resseguro e de retrocessão que passaram a ser apresentados líquidos de suas respectivas comissões. O mesmo tratamento foi efetuado para a Provisão de Prêmios Não Ganhos de resseguro e retrocessão, que passou a ser apresentada líquida de seus respectivos custos de aquisições diferidos.

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emittidos é constituída pela parcela dos prêmios emittidos no exercício, de riscos para os riscos decorridos dos contratos. Tem por objetivo estimar a ocorrência a futura de sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emittidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emittidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão de sinistros a título de *PLS* é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. Conforme estabelecido na Circular SUSEP 462, de 31 de janeiro de 2013, o saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.
- A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos.
- A Circular SUSEP 462/2013 estabelece ainda que os resseguradores locais constituam a provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (Liability adequacy test - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. Este teste é estabelecido pela Circular SUSEP nº 475/2012, de 14 de dezembro de 2012, devendo ainda ser observado o pronunciamento contábil CPC 11. Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida de custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de Riscos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, gerando análise mais analítica do que a mínima indicada pela circular, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros. Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixado e cupom cambial. Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas. O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2014 não apresentou insuficiências. O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas a contrabólidos, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os prováveis encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente são reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ação ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.13. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada período. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

Em caso de superávit (excedente do plano) justo dos ativos do plano presente de o valor presente de uma obrigação de benefício definido o Plano deverá ser revisado, atendendo ao estabelecido na Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributório para empregados admitidos na Empresa até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que a usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC 33. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa detentora de ações da Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou liquidadas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, o requisito de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.15. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Obrigações a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no Patrimônio Líquido.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emittidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emittidos, são calculados atuarialmente. No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emittido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emittido será considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emittido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emittido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de conta encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.17. Despesa com comissões

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emittidos, são calculados atuarialmente.

2.18. Demonstrações dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão apresentadas em forma demonstrativa própria e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. A partir de 2013, os itens do resultado abrangente passaram a ser apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado de momento seguinte.

2.19. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emittido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que o risco de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao opção de resíduo, própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando registrar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 - "Receitas de contratos com clientes", aborda o reconhecimento da receita, tendo foco na transferência do controle do produto ou serviço, contra o conceito de riscos e benefícios. O IFRS 15 foi emittido em 28 de maio de 2014 e substitui o IAS 18 e o IAS 11. Esta norma substituirá toda a licenciatória existente sobre reconhecimento de receitas (normas e interpretações). O nível de detalhamento sobre a aplicação dos conceitos, especialmente em transações mais complexas, é bem maior que a orientação atualmente existente. As principais mudanças são: (a) postergação do reconhecimento, em muitos casos é postergado; (b) O risco de crédito não é deduzido da receita bruta no ato da venda, quando aplicável; (c) O conceito de ajuste a valor presente para vendas a prazo (mais longos) continua aplicável; (d) Há exigências de divulgações específicas para contratos com clientes, julgamentos significativos na aplicação das orientações de reconhecimento de receitas, entre outras; (e) É preciso analisar os processos das empresas para que seja possível capturar as novas informações exigidas pela norma. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e premissas críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de mercado ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacam-se, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito no item (a) abaixo, as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) abaixo, as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) abaixo, as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) abaixo e as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora demonstram a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, utiliza seus processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora evolui seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber. A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impairad*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 4.9, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças dessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 26.

4. Gerenciamento de risco

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas.

Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e *Compliance*, à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de *Compliance*, e que é o primeiro responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia. Após 3ª revisão, ocorrida em dezembro de 2014, foi confirmada a classificação A - (excelente), com viés estável, pela agência de *rating* A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, uma capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la. Para tratamento desses riscos, a Companhia se utiliza de diversas metodologias e estratégias, tais como o estabelecimento de um Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, criação de um Plano de Gestão de Risco – voltado para a identificação, análise, mensuração, tratamento e reporte, com foco em riscos operacionais –, monitoramento do risco de crédito de contrapartes e do VaR (*Value at Risk*) da carteira de investimentos, desenvolvimento de cenários de estresse, dentre outros.

4.2. Riscos de subscrição

O risco de Subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariam as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrar um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de riscos, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na nota 4.4. Além disso, a evolução dos riscos é monitorada, assim como é realizada a revisão constante das premissas atuariais e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos e acompanhamento das provisões técnicas. Por fim, existe um benefício associado à diversificação do portfólio de carteiras de resseguros, em que pese uma participação mais relevante nos riscos patrimoniais, como observado na nota 4.2.1 abaixo.

4.2.1. Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O quadro abaixo demonstra os passivos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) brutos e líquidos por linhas de negócio.

Grupo	Passivo de Resseguro		Ativo de Retrocessão	
	2014	2013	2014	2013
Patrimonial	3.075.672	2.713.370	(1.689.489)	(1.451.836)
Riscos especiais	452.612	405.415	(304.076)	(309.354)
Responsabilidades	621.592	657.922	(258.339)	(259.213)
Cascos	598.506	534.834	(452.672)	(465.021)
Automóvel.....	241.795	231.291	(3.623)	(5.356)
Transportes	366.562	303.883	(190.975)	(168.898)
Riscos financeiros	715.802	734.746	(379.931)	(417.583)
Crédito.....	40.770	19.519	(16.511)	(14.937)
Pessoas.....	183.348	150.247	(32.550)	(36.774)
Habitacional	44.175	70.066	(808)	(995)
Rural.....	431.704	400.635	(116.874)	(99.922)
Marítimos.....	137.602	138.928	(18.892)	(31.576)
Aeronáuticos.....	239.008	187.224	(149.937)	(64.948)
Run-off (Londres).....	172.206	174.426	-	-
Outros.....	506.981	595.474	(39.872)	(83.808)
	<u>7.828.335</u>	<u>7.278.577</u>	<u>(3.654.549)</u>	<u>(3.203.252)</u>

A natureza das operações de resseguro implica que o ressegurador recebe a maior parte das informações das cedentes de forma agregada, geralmente tendo acesso a dados individualizados em negócios facult



4.3.3. Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Resseguradora à variação de 1% (100bp) na taxa básica Selic:

	2014	
	Impactos	Impactos
	+1%	-1%
Varição nos títulos pré-fixados.....	(29.228)	29.564
Varição nos títulos pós-fixados.....	33.161	(33.161)
Resultado bruto.....	3.932	(3.597)

	2013	
	Impactos	Impactos
	+1%	-1%
Varição nos títulos pré-fixados.....	(11.275)	11.416
Varição nos títulos pós-fixados.....	26.896	(26.896)
Resultado bruto.....	15.621	(15.480)

(a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2014.
(b) Assumindo por conservadorismo que a taxa de juros real (cupom NTN-B) evoluiu proporcionalmente à taxa Selic.

Após análise, conclui-se que a sensibilidade à taxa de juros em 100bps implica uma variação no valor dos títulos expostos de cerca de -0,09% para a diminuição da taxa e 0,10% para o aumento da taxa.

4.3.4. Gestão dos riscos correlacionados

A Companhia considera que as variáveis econômicas não têm movimento independente, havendo correlação entre os principais fatores de risco associados aos investimentos. Considerando tais variáveis, bem como suas correlações, concluiu-se que os riscos associados são parcialmente mitigados, já que as variáveis analisadas atuam em movimento compensatório, podendo gerar uma perda máxima de 23% no período analisado. Quanto aos cenários de estresse analisados, considerando grandes crises mundiais ocorridas nos últimos quinze anos, concluiu-se que a perda máxima de sua carteira seria de 0,2%.

4.4. Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito - risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais por perdas financeiras - são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, com comprometimento, igual ou superior a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Faixa de rating	% de resseguradores participantes dos contratos de proteção em vigor			
	Local	Admitido	Eventual	Total
AAA ou equivalente.....	-	-	-	-
AA ou equivalente.....	-	28,57	14,29	42,86
A ou equivalente.....	-	-	47,62	47,62
BBB ou equivalente.....	4,76	-	-	4,76
Sem rating.....	4,76	-	-	4,76
Total.....	9,52	28,57	61,91	100

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros, devido à natureza do mercado de resseguro, abaixo seguem as classificações de risco por aging.

	2014										Valor dezembro 31 de contábil
	Ativos vencidos e não "impaired"										
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"	0 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 120 dias		121 a 180 dias		Acima de 180 dias	
		Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Caixa e equivalente de caixa.....	9.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.511
Privados.....	179.406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	179.406
Públicos.....	515.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	515.833
Exterior.....	39.254	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.254
Disponíveis para venda.....	3.799.408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.799.408
Exterior.....	195.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195.811
Mantido até o vencimento.....	290.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290.153
Exterior.....	526.540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	526.540
Prêmios a receber de seguradora e resseguradora.....	1.793.746	112.571	28.712	79.501	22.382	93.369	2.130.281	2.389.321	-	-	2.389.321
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro.....	7.349.662	112.571	28.712	79.501	22.382	93.369	7.686.197	7.669.356	-	-	7.669.356

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvente, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumprir-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

	2014		2013	
	Valor zero a um ano	Valor um a três anos	Valor zero a um ano	Valor um a três anos
Provisões de resseguro (provisões técnicas).....	2.583.834	2.829.549	212.870	780.367
PSL Total.....	571.180	2.446.445	131.440	530.332
PPNG RVE.....	989.016	104.990	810	876
PPNG- EPI.....	269.417	14.310	-	-
IBNR + IBNER.....	551.279	217.314	78.867	242.510
PPNG RVNE.....	173.799	3.574	-	-
PET.....	20.356	17.287	-	-
PDR.....	8.787	25.629	1.753	6.650

4.6. Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo em moeda estrangeira. Na data base 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía contrato a termo de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

4.7. Contratos futuros de taxa de juros

Renda fixa

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía a totalidade das cotas do Fundo de Investimento BB PEABIRU - Renda Fixa. Os gestores dos fundos podem adotar como política de hedge a utilização de instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de proteger o valor patrimonial em relação a movimentos inesperados nas taxas de juros. O fundo não possuía operações com contratos futuros de taxa de juros na referida data.

6. Aplicações Financeiras

6.1. Composição das aplicações

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		2014	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa de juros	Total
Títulos de Renda Fixa - Público								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	-	-	3.317.271	3.316.061	-	-	10,86%	3.316.061
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	359.673	355.589	-	-	12,39%	355.589
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	140.840	127.758	290.153	290.153	10,34%	417.911
Quotas de Fundos de Investimento								
Letras do Tesouro Nacional.....	120.116	120.110	-	-	-	-	-	120.110
Notas do Tesouro Nacional.....	3.583	3.583	-	-	-	-	-	3.583
Operações Compromissadas.....	390.909	390.909	-	-	-	-	-	390.909
Outros.....	15	15	-	-	-	-	-	15
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Excluídas							-4,12%	15
Ações de Empresas Nacionais.....	178.944	178.944	-	-	-	-	-	178.944
Letras Financeiras do Tesouro.....	484	484	-	-	-	-	-	484
Operações Compromissadas.....	747	747	-	-	-	-	-	747
Outros.....	447	447	-	-	-	-	-	447
Outros.....	695.245	695.239	-	-	-	-	-	695.239
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Excluídas.....	39.254	39.254	-	-	-	-	19,01%	39.254
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	15.958	2.521	-	-	-39,93%	2.521
Títulos da Dívida Soberana (iii).....	-	-	169.792	162.953	-	-	25,38%	162.953
Brazilian Corporate Bonds (iii).....	-	-	-	-	32.191	73.059	16,84%	73.059
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv).....	-	-	-	-	1.391	1.711	17,52%	1.711
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	-	-	31.072	30.337	15,78%	30.337
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v).....	-	-	-	-	373.935	521.334	13,61%	521.334
Outras aplicações no exterior.....	-	-	-	-	119.023	119.023	-	119.023
Provisão para desvalorização (vi).....	-	-	-	-	-	(188.587)	-	(188.587)
TOTAL.....	39.254	39.254	4.034.622	3.995.219	526.540	816.693	5.546.605	5.546.605
%.....	-	-	72%	72%	15%	15%	100%	100%
Circulante.....	-	734.493	-	1.148.719	-	408.373	-	2.291.585
Não Circulante.....	-	-	-	2.846.500	-	408.320	-	3.254.820

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		2013	
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro (i).....	-	-	2.233.110	2.233.189	-	-	8,20%	2.233.189
Notas do Tesouro Nacional - Série B.....	-	-	134.638	119.597	336.789	336.789	-0,64%	456.386
Quotas de Fundos de Investimento							0,58%	-
Letras do Tesouro Nacional.....	719.915	705.539	-	-	-	-	-	705.539
Notas do Tesouro Nacional.....	231.292	216.211	-	-	-	-	-	216.211
Operações Compromissadas.....	106.209	106.209	-	-	-	-	-	106.209
Outros.....	29	29	-	-	-	-	-	29
Quotas de Fundos de Investimento Não Excluídas.....	297.380	297.380	-	-	-	-	7,16%	297.380
Quotas de Fundos de Investimento em Ações Excluídas							4,12%	-
Ações de Empresas Nacionais.....	204.999	210.608	-	-	-	-	-	210.608
Letras Financeiras do Tesouro.....	1.119	1.126	-	-	-	-	-	1.126
Operações Compromissadas.....	2.606	2.607	-	-	-	-	-	2.607
Outros.....	474	474	-	-	-	-	-	474
Outros.....	1.564.023	1.540.183	-	-	-	-	-	1.540.183
Aplicações no Exterior								
Quotas de Fundos de Investimento Não Excluídas.....	32.031	32.031	-	-	-	-	15,37%	32.031
American Deposits Receipt (ii).....	-	-	14.070	4.195	-	-	-18,86%	4.195
Títulos da Dívida Soberana (iii).....	20.505	19.824	119.814	112.513	-	-	14,05%	132.337
Brazilian Corporate Bonds (iii).....	-	-	-	-	39.889	75.293	18,13%	75.293
Corporate Bonds - Nova Iorque (iv).....	-	-	-	-	1.354	1.688	1,16%	1.688
Papéis de renda fixa (HSBC).....	-	-	31.553	30.633	-	-	-2,25%	30.633
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v).....	-	-	-	-	698.077	828.040	15,45%	828.040
Outras aplicações no exterior.....	-	-	-	-	56.743	56.743	-	56.743
Provisão para desvalorização (vi).....	-	-	-	-	-	(166.331)	-	(166.331)
Outros.....	52.536	51.855	165.437	147.341	796.063	796.063	-	995.259
TOTAL.....	1.616.559	1.592.038	2.533.185	2.500.127	1.132.852	1.132.852	5.225.017	5.225.017
%.....	-	30%	-	48%	-	-	100%	100%
Circulante.....	1.616.559	1.592.038	-	1.129.225	-	762.300	-	3.483.563
Não Circulante.....	-	-	-	1.370.902	-	370.552	-	1.741.454

4.8. Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- (b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.
- (c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

4.9. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

- (a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- (b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados nos níveis do Nível 1, que não observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- (c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	2014	2013	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro.....	Nível 1	484	1.126
Letras do Tesouro Nacional.....	Nível 1	120.110	705.539
Notas do Tesouro Nacional.....	Nível 1	3.583	218.818
Títulos de Governos Estrangeiros.....	Nível 2	-	19.824
Operações Compromissadas.....	Nível 1	391.656	106.209
Cotas de Fundos de Investimentos.....	Nível 1	39.254	329.411
Cotas de Fundos de Renda Variável.....	Nível 1	178.944	210.608
Outros.....	Nível 2	462	503
Total.....		734.493	1.592.038

	2014	2013	
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro.....	Nível 1	3.316.061	2.233.189
Letras do Tesouro Nacional.....	Nível 1	355.589	-
Notas do Tesouro Nacional.....	Nível 1	127.758	119.597
Títulos da dívida soberana.....	Nível 1	162.953	112.513
American Depositary Receipts - ADR.....	Nível 1	2.521	4.195
Títulos de Renda Fixa no exterior.....	Nível 1	30.337	30.633
Outros.....</			



Parte do contas a receber vencidos e a vencer, no valor de R\$ 692.262, são referentes a operações com seguradoras e resseguradoras que não possuem histórico de inadimplência e cujo pagamento está em fase de negociação. Para o saldo remanescente vencido e a vencer, no valor de R\$586.853, foi constituída provisão de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 182.560, considerando a utilização de metodologia própria pela Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócio por origem e atuação país e exterior, classificação de rating por histórico de inadimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

7.4. Provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo no início do exercício	(134.920)	(110.457)
Constituição de provisão ao valor recuperável reconhecidas sobre os recebíveis	(47.640)	(24.463)
Saldo no final do exercício	(182.560)	(134.920)
Circulante	(151.925)	(104.639)
Não Circulante	(30.635)	(30.281)
Total	(182.560)	(134.920)

8. Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas

A Circular SUSEP nº 483 de 6 de janeiro de 2014, modificou a forma de contabilização de resseguros, logo os valores referentes a provisões técnicas desta natureza sofreram reclassificações e alterações em sua forma de apresentação. Na estrutura patrimonial, o grupamento referente à "Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados" (IBNER) foi aglutinado no grupamento "Sinistros pendentes de pagamento", no ativo. Não houve necessidade de reapresentação dos saldos de 2013, pois a movimentação não afetaram os saldos comparativos do balanço patrimonial.

8.1. Composição

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

Grupo de Ramos	2014		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.335.837	83.032	1.418.869
Riscos especiais	108.904	2.081	110.985
Responsabilidades	218.266	13.994	232.260
Cascos	441.329	10.042	451.371
Automóveis	967	454	1.421
Transportes	153.304	23.092	176.396
Riscos financeiros	290.149	68.004	358.153
Crédito	14.131	2.031	16.162
Pessoas	24.273	7.038	31.311
Habitacional	224	572	796
Rural	20.195	55.160	75.355
Marítimo	11.034	568	11.602
Aeronáutico	111.990	2.506	114.496
Outros	12.621	976	13.597
Total	2.743.224	269.950	3.013.174

Grupo de Ramos	2013		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Patrimonial	1.077.139	64.939	1.142.078
Riscos especiais	100.310	3.695	104.005
Responsabilidades	186.743	19.250	205.993
Cascos	447.205	15.769	462.974
Automóveis	1.327	1.058	2.385
Transportes	141.565	16.689	158.254
Riscos financeiros	326.229	63.113	389.342
Crédito	10.974	3.198	14.172
Pessoas	23.972	7.723	31.695
Habitacional	699	290	989
Rural	44.573	34.972	79.545
Marítimo	23.740	24.367	48.107
Aeronáutico	31.985	2.617	34.602
Outros	58.032	1.468	59.500
Total	2.474.493	235.408	2.709.901

8.1.1. Movimentação

	2014		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.474.493	235.408	2.709.901
Liquidação de sinistros	(9.836.320)	(48.093)	(9.884.413)
Constituição de provisão de sinistros	10.105.052	82.634	10.187.686
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.743.225	269.949	3.013.174

	2013		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.020.905	235.784	2.256.689
Liquidação de sinistros	(1.926.769)	(56.987)	(1.983.756)
Constituição de provisão de sinistros	1.580.357	56.611	1.636.968
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.474.493	235.408	2.709.901

8.2. Prêmios de retrocessão diferidos

Grupo de Ramos	2014			2013		
	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total
Patrimonial	238.883	12.113	278.900	(96)	(2.389)	255.373
Riscos especiais	177.251	23	32.626	(1)	(2.486)	191.373
Responsabilidades	10.842	7.723	4.036	(17)	(395)	21.283
Cascos	14	-	455	-	-	469
Automóveis	2.264	-	45	(125)	-	1.514
Transportes	6.861	2.403	5.396	(611)	(497)	23.551
Riscos financeiros	13.403	1.888	9.662	(1.896)	(1.346)	21.711
Crédito	-	-	748	-	(21)	811
Pessoas	1.149	53	24	(107)	-	349
Rural	6.667	36.183	416	(1.805)	-	(70)
Marítimo	4.998	468	2.277	(438)	(12)	(72)
Aeronáutico	23.986	777	2.277	(1.825)	(34)	(75)
Outros	25.320	5.783	-	(1.887)	(2.940)	26.276
Total	511.638	67.414	85.903	(46.668)	(3.100)	(7.332)

Grupo de Ramos	2014			2013		
	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total
Patrimonial	236.361	84.512	17.429	(23.386)	(8.012)	(1.983)
Riscos especiais	176.624	34.234	11.897	(14.850)	(1.712)	(1.146)
Responsabilidades	41.925	18.400	1.161	(6.548)	(3.037)	(81)
Cascos	84	-	748	-	-	811
Automóveis	2.636	478	75	(104)	(34)	(3)
Transportes	8.839	872	1.399	(804)	(162)	(5)
Riscos financeiros	19.140	7.715	7.506	(2.965)	(3.080)	(1.599)
Crédito	-	-	695	-	(13)	682
Pessoas	3	-	201	-	(10)	87
Habitacional	68	-	-	-	-	3
Rural	26.543	287	29	(6.417)	(66)	(8)
Marítimo	3.816	3.536	75	(38)	(180)	(1)
Aeronáutico	17.577	11.798	1.665	(1.166)	(590)	(79)
Outros	24.187	2.166	-	(1.552)	(494)	-
Total	558.419	163.998	42.880	(56.410)	(17.367)	(4.957)

8.2.1. Movimentação

	2014		
	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	558.419	163.998	42.880
Diferimento pelo risco	(819.060)	(159.203)	(8.001)
Constituição	772.279	62.619	51.024
Saldo em 31 de dezembro de 2014	511.638	67.414	85.903

	2013		
	Provisão de prêmios não ganhos	Custos de aquisição diferidos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	548.733	220.938	42.880
Diferimento pelo risco	(247.939)	(210.901)	(33.673)
Constituição	257.625	153.961	2.797
Saldo em 31 de dezembro de 2013	558.419	163.998	42.880

8.3. Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e a provisão de despesas relacionadas, constituem coberturas das despesas relacionadas a sinistro.

	2014	2013
Aeronáutico	9.884	140
Automóveis	18	4
Cascos	832	866
Crédito	1	23
Habitacional	12	3
Marítimo	68	-
Patrimonial	15.249	4.838
Pessoas	122	4.204
Responsabilidades	4.796	1.409
Riscos especiais	1.171	301
Riscos financeiros	66	1.524
Rural	127	10
Transportes	628	6
Total	33.520	13.788

9. Títulos e créditos a receber

	2014	2013
Circulante		
Valores a receber de shopping centers	6.730	6.195
Valores a receber de acordos judiciais (**)	5.642	8.077
Valores a receber - despesas médicas/INSS/aposentados	799	531
Adiantamento a funcionários	372	357
Outros	1.034	1.148
Total circulante	14.577	16.308
Não circulante		
Valores a receber da Caixa Econômica Federal (*)	14.426	14.394
Valores a receber de acordos judiciais (**)	14.611	11.396
Total não circulante	29.037	25.790
Total	43.614	42.078

(*) Valor proveniente de recuperação de valores pagos indevidamente por conta de ação decorrente de demanda relacionada ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, com utilização dos recursos do FESA.

(**) Valor proveniente de acordos judiciais firmados com devedores.

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1. Créditos tributários e previdenciários

	2014	2013
Circulante		
Antecipações IRPJ e CSLL	17.073	74
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	62.400	223.283
Imposto de renda retido na fonte	16.858	7.853
Impostos a compensar/recuperar	1.176	113
Total	97.507	231.323
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	249.992	-
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	376.178	338.284
Total	626.170	338.284
Total	723.677	569.607

(*) O saldo de 2014 é composto, basicamente, pelos pagamentos a maior referentes a PIS (R\$ 48.095) e COFINS (R\$ 264.297), oriundos da ação de alargamento da base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013 (Nota 22.3.4). Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. Conforme descrito na Nota 22.3.4, em 2014, o IRB Brasil RE reuniu todas as condições para reconhecimento integral do crédito.

10.1.1. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Créditos Tributários Diferenças Temporárias	392.661	392.661	388.853	388.853
Provisões trabalhistas (a)	188.587	188.587	183.445	183.445
Provisão para desvalorização do investimento (b)	251.930	251.930	147.676	147.676
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	166.657	166.657	155.365	155.365
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (d)	39.387	39.387	33.058	33.058
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	(15.876)	(15.876)	-	-
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	48.078	48.078	46.987	46.987
Ajuste a valor de mercado - investimento	(14.921)	(14.921)	-	-
Provisão para contingências trabalhistas (e)	(79.289)	(79.289)	54.525	54.525
Provisão para contingências fiscais/trabalhistas - passivo	11.193	11.193	54	54
Base de cálculo	988.407	988.407	900.913	900.913
Alíquota	25%	15%	25%	15%
Crédito tributário diferenças temporárias	247.102	148.260	225.228	135.137
Provisão para perda sobre as realizações de créditos tributários acima 10 anos (a)	(11.900)	(7.194)	(13.801)	(8.280)
Total créditos tributários sobre diferenças temporárias	235.112	141.066	211.427	126.857

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias estão sendo constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.

(a) A consumação do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas, previstas para 51 anos. Constituiu provisão para perda de realizações de provisões a realização do crédito tributário superior a 10 anos.

(b) Referem-se às provisões para perda das aplicações financeiras "Brazilian Bonds", "BB Securities" e "Banco Econômico". A primeira encontra-se em default, a segunda tem a previsão de ultrapassar 20 anos para a sua realização e a aplicação do Banco Econômico encontra-se em litígio.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da Administração da baixa para perda.

(d) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

10.1.2. Projeção estimada de realização dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, com expectativa de geração de resultados positivos futuros. O valor presente do crédito tributário utilizando a Selic de 11% é de R\$ 245.978.

Ano	Realização %
Em 2014	15%
Em 2015	14%
Em 2016	12%
Em 2017	11%
A partir de 2018	48%

11. Investimentos

11.1. Participação societária

É composta pela participação no IRB Internacional Corporation & Subsidiaries, localizada nos Estados Unidos da América, que se encontra em processo de "run-off". As informações sobre a controlada e a movimentação do investimento podem ser assim demonstradas:

	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries 2014	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries 2013
Porcentual de participação no Capital Social	100%	100%
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	5.000.000
Ativo	51.087	49.993
Passivo circulante e não circulante	(32.670)	(33.145)
Patrimônio líquido no fim do exercício	18.417	16.848
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.569	(583)
Ajuste de avaliação patrimonial	(891)	-
Saldo do exercício	19.025	16.265
Equivalência patrimonial	190	(583)
Ajuste de avaliação patrimonial	(891)	-
Varição cambial	2.270	1.981
Valor contábil do investimento no exercício	18.417	17.663

12. Imó

Grupo de Ramos	2013	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Patrimonial	1.974.446	122.825
Riscos especiais	103.554	4.872
Responsabilidades	514.968	59.137
Cascos	508.201	22.838
Automóveis	168.779	49.586
Transportes	214.076	29.170
Riscos financeiros	528.805	101.499
Crédito	9.614	8.651
Pessoas	105.087	22.972
Habitacional	25.809	7.185
Rural	112.458	70.499
Marítimos	62.601	4.682
Aeronáuticos	109.486	6.745
Run-off (Londres) (*)	93.910	80.516
Outros	349.124	56.027
	4.880.918	647.204

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amoias. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro. Dessa forma, os valores finais podem variar significativamente, para mais ou para menos, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

19.2.1. Movimentação

	2014	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.880.918	647.204
Liquidação de sinistros	(672.728)	(577.378)
Constituição de provisão de sinistros	1.173.002	726.463
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.381.192	796.289

	2013	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.100.290	617.558
Liquidação de sinistros	(2.106.445)	(163.305)
Constituição de provisão de sinistros	2.887.073	192.951
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.880.918	647.204

19.3. Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro 2014 e de 2013, a rubrica Sinistros a Liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou as divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora. Apresentamos, abaixo, os percentuais, atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

Probabilidade	Valor de exposição		%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
	Quantidade	total				
Provável	869	407.248	44	179.189	(84.462)	94.727
Possível	729	442.120	34	150.321	(70.855)	79.466
Remota	265	546.433	10	54.643	(25.757)	28.886
	1.863	1.395.801		384.153	(181.074)	203.079

Probabilidade	Valor de exposição		%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
	Quantidade	total				
Provável	1.042	368.329	44	162.065	(50.500)	111.565
Possível	826	494.107	34	167.996	(81.904)	86.092
Remota	360	216.653	10	21.665	(13.388)	8.277
	2.228	1.079.089		351.726	(145.792)	205.934

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de reprocessão, assim como, os valores a recuperar referentes à reprocessão estão classificados no pagamento "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

19.3.1. Aging de sinistros judiciais

Aging	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 31 a 60 dias	614	(564)	50
De 61 a 90 dias	90	(9)	81
De 91 a 120 dias	246	(2)	244
De 121 a 180 dias	6.681	(5.410)	1.271
De 181 a 365 dias	9.644	(4.918)	4.726
Acima de 365 dias	366.878	(170.173)	196.705
	384.153	(181.074)	203.079

19.4. Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

Grupo de Ramos	2014	2013
Patrimonial	24.895	7.572
Riscos especiais	3.644	302
Responsabilidades	12.957	3.104
Cascos	958	1.281
Automóveis	436	73
Transportes	1.808	35
Riscos financeiros	11.758	8.229
Crédito	483	125
Pessoas	20.654	15.326
Habitacional	3.492	907
Rural	305	16
Marítimo	228	1
Aeronáutico	11.529	141
Outros	915	—
	94.062	37.112

20. Garantia das Provisões Técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuem a seguinte cobertura, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013: Para fins de identificação do saldo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do grupo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrocessão - Provisões Técnicas", referentes à parcela de retrocessão de risco.

	2014	2013
Provisões Técnicas de Resseguros	7.828.335	7.278.577
Ativos de retrocessão redutores (*)	3.254.319	3.410.252
(-) Direitos creditórios (*)	361.889	3.668.025
Montante a ser garantido	4.212.127	1.099.373
Ativos dados em garantias	20.000	2.000
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	3.295.031	2.214.220
Letras financeiras do tesouro	417.910	456.386
Notas do tesouro nacional	355.589	—
Letras do tesouro nacional	150.479	101.019
Títulos da dívida soberana	130.451	—
Time deposit	4.369.460	3.870.698
Total de ativos	—	—

(*) De acordo com a Circular SUSEP nº 452 de 04 de dezembro de 2012.

21. Partes Relacionadas

As principais relações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas estão apresentadas a seguir.

	A receber	A pagar	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora	295.936	2.779	919.313
Prêmios	34.035	21.538	(230.854)
Indenizações e despesas com sinistros	—	19.893	(18.220)
Comissões	870	6.695	(1.737)
Outros	330.841	50.905	568.502
Controlada IRB International Corporation	688	—	—

	A receber	A pagar	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora	297.785	3.057	954.945
Prêmios	30.330	55.212	(311.933)
Indenizações e despesas com sinistros	71	32.508	(133.993)
Comissões	—	5.560	(13.934)
Outros	328.186	96.337	495.079
Controlada IRB International Corporation	921	—	—

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão em grupos "Créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "Débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

21.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselheiros e comitê da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	Contas a Pagar	Resultado
Remuneração de curto prazo a administradores	6.049	5.240
Benefícios pós-emprego	—	263
Em 31 de dezembro de 2014	6.049	5.503
Em 31 de dezembro de 2013	626	3.704

22. Depósitos Judiciais e Fiscais, Outras Ações Judiciais e Obrigações Fiscais

	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais	—	—	—
COFINS	6.021	6.021	—
PIS	3.091	3.091	—
Contribuição social	303.005	—	286.867
Imposto de renda	1.299	53.597	—
ISS	914	—	—
Previdenciárias	40.296	40.296	—
INSS	1.127	—	—
FGTS	—	—	—
Trabalhistas e cíveis	42.025	47.914	—
Ações trabalhistas	20.576	1.900	—
Ações cíveis	—	3.751	—
Honorários	—	—	—
Não circulante	418.354	156.570	286.867

	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais	—	—	—
COFINS	—	13.144	—
PIS	—	2.824	—
Contribuição social	210.279	3.334	213.404
Imposto de renda	—	50.354	—
ISS	852	—	—
IPJTU	—	2.949	—
Previdenciárias	37.436	37.436	—
INSS	1.120	—	—
FGTS	—	—	—
Trabalhistas e cíveis	41.495	44.096	—
Ações trabalhistas	18.773	—	—
Ações cíveis	—	2.726	—
Honorários	—	—	—
Não circulante	309.955	156.863	213.404

22.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	2014		Outras ações judiciais e obrigações fiscais
	Quantidade	Valor em risco	
Fiscal	—	—	—
Provável	1	52.299	52.299
Possível	15	550.506	297.277
Remota	1	200	—
	17	603.005	349.576
Previdenciário	—	—	—
Possível	10	61.309	40.296
Remota	2	18.516	—
	12	79.825	40.296
Trabalhista	—	—	—
Provável	89	49.814	49.814
Possível	94	8.187	—
Remota	30	4.825	—
	213	62.826	49.814

	2013		Outras ações judiciais e obrigações fiscais
	Quantidade	Valor em risco	
Fiscal	—	—	—
Provável	2	53.303	53.303
Possível	7	383.945	232.706
Remota	9	437.248	286.009
Previdenciário	—	—	—
Possível	11	56.938	37.436
Remota	2	17.501	—
	13	74.439	37.436
Trabalhista	—	—	—
Provável	102	44.096	44.096
Possível	94	40.926	—
Remota	38	8.269	—
	234	93.291	44.096

22.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

	Saldo em 31 de dezembro de 2013		Atualizações		Saldo em 31 de dezembro de 2014
	Adições	monetárias	Baixas		
Fiscais	—	—	—	—	—
COFINS	13.081	5.574	447	(13.081)	6.021
PIS	2.934	2.861	230	(2.934)	3.091
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	213.404	52.396	21.067	—	286.867
Contribuição Social (Nota 22.3.5)	3.286	—	—	(3.286)	—
Imposto de Renda (Nota 22.3.2)	50.355	1.202	2.040	—	53.597
IPJTU	2.949	—	—	(2.949)	—
Previdenciárias	—	—	—	—	—
INSS (22.3.1)	37.436	—	2.860	—	40.296
Trabalhistas e cíveis	—	—	—	—	—
Ações trabalhistas (22.3.3)	44.096	3.818	—	—	47.914
Cíveis	—	1.900	—	—	1.900
Honorários	—	2.725	1.033	(7)	3.751
	370.266	68.784	26.644	(22.257)	443.437

	Saldo em 31 de dezembro de 2012		Atualizações		Saldo em 31 de dezembro de 2013
	Adições	monetárias	Baixas		
Fiscais	—	—	—	—	—
COFINS	12.771	—	309	—	13.081
PIS	2.744	—	190	—	2.934
Contribuição social (Nota 22.3.5)	167.656	33.762	11.986	—	213.404
Contribuição social (Nota 22.3.2)	3.241	—	46	—	3.286
Imposto de renda (Nota 22.3.2)	48.895	—	1.460	—	50.355
ISS (Nota 22.3.1)	6.930	—	(6.930)	—	—
IPJTU	2.806	—	143	—	2.949
Previdenciárias	—	—	—	—	—
INSS (22.3.1)	35.289	—	2.147	—	37.436
Trabalhistas e cíveis	—	—	—	—	—
Ações trabalhistas (Nota 22.3.3)	54.417	962	2.916	(14.199)	44.096
Cíveis	—	—	—	—	—
Honorários	—	2.731	6	(11)	2.725
	337.480	34.730	19.197	(21.140)	370.266

22.3. Ações fiscais

22.3.1. INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseadas em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia provisionou recursos administrativos com a vista ao cancelamento das referidas penalidades, mantendo provisionados os montantes de R\$ 40.296 (em dezembro de 2014) relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.



25.4. Resultado com retrocessão

	2014	2013
Receitas com retrocessões	945.367	1.213.846
Recuperação de indenização de sinistros.....	890.251	855.375
Recuperação de despesas com sinistros.....	24.917	358.847
Variação das provisões técnicas - Retrocessões cedidas.....	30.199	(57,6)
Recursos com participação nos lucros	4.161	10.100
Despesas com retrocessão	(1.046.585)	(1.110.790)
Prêmios de retrocessões cedidas.....	(1.039.947)	(1.195.441)
Comissão sobre retrocessões cedidas.....	129.885	138.939
Variação das despesas de retrocessão.....	(136.523)	(54.198)
Salvados e ressarcidos ao retrocessionário.....	(20.884)	(12.421)
Total de resultados com retrocessão	(117.941)	100.915

25.5. Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão.....	(20.894)	(18.435)
Recuperação dos depósitos de terceiros - resseguro.....	(4.733)	-
Constituição do Fundo de Estabilização do Seguro Rural.....	(28.889)	(42.288)
Recuperação do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares (*).....	-	15.918
Constituição de provisão para riscos de crédito.....	(47.640)	(24.462)
Recuperação de outras receitas de resseguro.....	(101)	4.167
Outras receitas e despesas operacionais.....	(875)	(6.978)
	(103.132)	(72.078)

(*) Extinto em 31 de dezembro de 2013

25.6. Despesas administrativas

	2014	2013
Pessoal próprio.....	(153.711)	(116.885)
Reversão benefícios pós-emprego.....	6.955	78.013
Serviços de terceiros.....	(44.397)	(58.342)
Localização e funcionamento.....	(30.405)	(21.648)
Despesas judiciais.....	(2.080)	(3.732)
Multas.....	(627)	(138)
Outras despesas.....	(14.527)	(8.225)
Total	(238.792)	(130.957)

25.7. Despesas com tributos

	2014	2013
COFINS.....	(66.269)	(49.327)
PIS/PASEP.....	(11.633)	(8.997)
Recuperação COFINS - Alargamento da Base (Nota 22.3.4).....	128.543	103.551
Recuperação PIS - Alargamento da base (Nota 22.3.4).....	22.586	17.833
Provisões tributárias - Líquidas.....	9.897	(2.004)
Taxas de fiscalização da SUSEP.....	(1.380)	(2.299)
Outros.....	(7.456)	(7.200)
	73.988	51.557

25.8. Resultado financeiro

Descrição	2014	2013
Títulos e valores mobiliários	545.134	319.840
Valor justo por meio do resultado.....	94.354	27.224
Disponível para venda.....	335.277	248.677
Mantidos até o vencimento.....	115.503	43.939
Operações de resseguros.....	(81.797)	(75.296)
Oscilação cambial contas bancárias.....	1.199	7.009
Correção monetária e demais encargos financeiros.....	162.186	108.074
Juros.....	1.132	2.528
Outros.....	172	536
Total	627.626	366.921

Receitas Financeiras

Descrição	2014	2013
Valorização de quotas de fundos de investimentos.....	156.957	59.104
Títulos e renda fixa - públicos.....	152.954	299.931
Títulos e renda fixa - privados.....	405.819	130.296
Operações de resseguros.....	9.360	146.081
Oscilação Cambial Contas Bancárias.....	61.574	9.185
Correção monetária e demais encargos financeiros.....	215.726	120.060
Juros.....	318	2.611
Outras.....	7.411	24.713
Total	1.010.119	791.981

Despesas Financeiras

Descrição	2014	2013
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados.....	(170.596)	(169.491)
Operações de resseguros.....	(91.157)	(222.077)
Oscilação Cambial Contas Bancárias.....	(61.375)	(2.176)
Correção monetária e demais encargos financeiros.....	(53.400)	(11.986)
Juros.....	(186)	(83)
Outras.....	(5.639)	(19.317)
Total	(382.493)	(425.060)

25.9. Resultado patrimonial

	2014	2013
Receitas operacionais diretas resultantes de propriedade para investimento.....	42.447	43.836
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento.....	(5.898)	(2.847)
Reversão (provisão) da redução ao valor recuperável dos ativos.....	115	(11.570)
Equivalência patrimonial.....	190	583
Variação cambial de Sucursais no exterior.....	7.141	30.457
Receita com incorporação do Consórcio Brasileiro de Riscos Nucleares (*).....	-	55.565
Outras receitas operacionais.....	1.603	1.376
Outras despesas operacionais.....	(36)	(75)
	45.962	56.411

(*) Extinto em 31 de dezembro de 2013.

25.10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações.....	944.420	944.420	629.102	629.102
Alíquotas nominais vigentes.....	25%	15%	25%	15%
IRPJ e CSLL a alíquota nominal.....	(236.105)	(141.663)	(157.276)	(94.365)
Adições e exclusões:				
Incentivo licença maternidade.....	49	10	30	18
Juros sobre Capital Próprio.....	(31.993)	(19.196)	(20.000)	(12.000)
Remuneração administradores.....	2.583	1.550	417	250
Incentivos fiscais.....	2.115	1.269	593	410
Encargos de depreciação e amortização.....	-	-	(78)	(46)
Perdas em operações realizadas no exterior.....	-	-	(4.144)	(2.487)
Outras adições / exclusões.....	(9.836)	(5.866)	18.558	11.140
Constituições de diferidos anos anteriores.....	(4.943)	(2.966)	-	-
Provisão para Perda (plano saúde - pré 68).....	(1.811)	(1.087)	13.800	8.281
Dedução IR corrente - incativos.....	(9.142)	-	(2.797)	-
IR e CS na demonstração do resultado.....	(183.127)	(115.377)	(163.653)	(99.931)
Correntes.....	(209.199)	(131.020)	(178.080)	(84.407)
Diferidos.....	26.071	15.643	(25.873)	(15.524)

Adoção da Lei nº 12.973

No dia 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre elas: (I) alterações

no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados sob o método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP convertida em Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Resseguradora elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas demonstrações contábeis, desta forma, optou pela adoção da referida Lei em 1º de janeiro de 2015.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Saldo em 31 de dezembro de 2013			Reconhecido nos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2014			Saldo em 31 de dezembro de 2014		
	Adições	Baixas	no resultado	Reconhecido no resultado abrangentes	no resultado abrangentes	em 31 de dezembro de 2014	Adições	Baixas	em 31 de dezembro de 2014
Ativo fiscal diferido									
Provisões trabalhistas.....	155.542	4.781	(3.258)	1.523	-	157.065			
Provisão para desvalorização do investimento.....	68.673	54.670	(45.768)	8.902	-	77.575			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	63.776	188.128	(151.132)	36.996	-	100.772			
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias.....	61.055	44.341	(38.734)	5.607	-	66.662			
Provisão para contingências trabalhistas.....	18.794	3.003	(2.567)	436	-	19.230			
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda.....	13.224	3.947	(1.415)	-	2.532	15.756			
Ajuste a valor de mercado - Investimento.....	-	-	(5.968)	(5.968)	-	(5.968)			
Ganhos ou perdas atuariais - Benefícios pós-emprego.....	-	-	(6.351)	-	(6.351)	(6.351)			
Outras provisões.....	1.111	1.262	(37)	1.225	-	2.336			
Provisão para Perda.....	(22.081)	2.898	-	2.898	-	(19.183)			
Total ativo fiscal diferido	360.094	303.030	(255.229)	51.620	(3.819)	407.895			
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangentes	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Adições	Baixas	Reconhecido no resultado
Passivo fiscal diferido									
Atualização depósitos judiciais.....	21.810	9.906	-	9.906	-	31.716			
Ajuste a valor de mercado - Títulos em negociação.....	-	-	-	-	-	-			
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-			
Total passivo fiscal diferido	21.810	9.906	-	9.906	-	31.716			
Total líquido	338.284	293.125	(255.229)	41.714	(3.819)	376.179			

26. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ao plano de previdência oficial básica. Os planos oferecidos são o de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições feitas pela Companhia à PREVIRB, em 2014, incluindo o plano pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R\$ 24.130 (R\$ 22.796 em 31 de dezembro de 2013).

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2014 pelo Atuário Claudio Paz, MIBA 761. O valor presente da obrigação dos benefícios definidos e o respectivo custo dos seus serviços correntes e passados foram mensurados por meio do Método do Crédito Unitário Projetado.

Seguem as descrições dos planos patrocinados:

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia de R\$ 4.504 (R\$ 3.909 em 31 de dezembro de 2013), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a aliquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico de R\$ 16.816 (R\$ 11.484 em 31 de dezembro de 2013) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estípite mensal, apurado na data de sua aposentadoria. A despesa total incorrida pela Companhia para plano A de R\$ 256 (R\$ 730 em 31 de dezembro de 2013), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a aliquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 de R\$ 19.370 (R\$ 18.157 em 31 de dezembro de 2013), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a aliquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários independentes, foi contabilizada na patrocinadora uma provisão de R\$ 147.905 (R\$ 157.640 em 31 de dezembro de 2013), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP.

No plano A, avaliação atuarial efetuada por atuários independentes foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R\$ 327.577 (R\$ 266.058 em 31 de dezembro de 2013) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2014	2013	2014	2013
Taxa real de desconto.....	4,00%	4,00%	5,00%	4,50%
Projção de crescimento real de salário.....	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos.....	a.a.	a.a.	a.a.	a.a.
Projção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projção de crescimento real dos benefícios do plano.....	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses sobre gerações futuras de novos entrandos.....	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	Plano Médico: 1% até os 60 anos Demais anos Demais	Plano Médico: 1% até os 60 anos Demais
Hipóteses sobre rotatividade.....	até os 60 anos	os 60 anos	Não se aplica	Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano.....	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
MALE-E	MALE-E	MALE-E	MALE-E	MALE-E
FEMALE	FEMALE	FEMALE	FEMALE	FEMALE
MI-85	MI-85	MI-85	MI-85	MI-85
ÁLVARO	ÁLVARO	ÁLVARO	ÁLVARO	ÁLVARO
VINDAS	VINDAS	VINDAS	VINDAS	VINDAS

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelas autoridades e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Paulo Daniel Araujo da Rocha
Contador - CRC RJ - 095001/O-5

Os valores apurados no resultado em dezembro de 2014 e os valores projetados para dezembro de 2015, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB Brasil RE junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes.....	168	378
Custo dos juros.....	109.004	104.706
Juros sobre os ativos do plano.....	(137.641)	(127.999)
Valor esperado de contribuições dos empregados.....	(4.530)	-
Despesa (receita) no final do exercício.....	(32.963)	(22.915)

O plano reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir.

	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados.....	(1.303.641)	(1.250.650)
Valor justo dos ativos do plano.....	1.631.218	1.516.708
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos.....	327.577	266.058

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano.....	1.250.650	1.386.365
Custo dos serviços correntes.....	378	3.963
Custo dos juros.....	104.706	117.312